

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Água no Cenário do Semiárido Brasileiro



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Água no Cenário do Semiárido Brasileiro



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A282	<p>A água no cenário do semiárido brasileiro [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-853-3 DOI 10.22533/at.ed.533191912</p> <p>1. Brasil, Nordeste – Condições ambientais. 2. Desenvolvimento sustentável. III. Água – Preservação. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 305.42</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “A água no cenário do semiárido brasileiro”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de seis capítulos a partir de análises, ensaios e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de instituições de Educação Superior Pública de diferentes estados que integram o semiárido brasileiro.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia, Geociências, Ciências Ambientais Engenharia Ambiental, Biologia entre outras áreas afins para debater o acesso à água e demais projetos de desenvolvimento regional que represente o semiárido brasileiro na sua complexidade e heterogeneidade histórica, territorial, ambiental, cultural, ambiental, econômica, social, etc.

A Coletânea inicia-se com o capítulo: “O Programa Um Milhão de Cisternas: uma análise a partir do semiárido Norte Mineiro”, partir das pesquisas realizadas na Universidade Estadual de Montes Claros, os autores tecem uma análise sobre o P1MC a partir do semiárido norte mineiro e as práticas territoriais como uma ampla política pública de acesso à água para os camponeses em consonância com os primórdios da segurança hídrica e alimentar.

Na sequência os capítulos 2, 3 e 4 apresentam diferentes análises sobre o estado do Ceará a partir de distintos recortes temporais e espaciais. No capítulo 2, intitulado “Análise da fragilidade ambiental em bacia hidrográfica no contexto semiárido”, os pesquisadores vinculados a Universidade Estadual de Montes Claros e Universidade Federal do Ceará abordam a dinâmica dos sistemas ambientais e discutem a aplicação de modelos de fragilidade ambiental na sub-bacia hidrográfica do Rio Banabuiú.

No Capítulo 3 – “Uma análise das compras públicas realizadas pelo município de Varjota/CE em 2017: considerações sobre a natureza da despesa, origem e porte dos fornecedores”, os autores vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresentam um breve dimensionamento do volume de compras realizadas em 2017 aos segmentos da Agricultura Familiar, Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no município de Varjota do estado do Ceará; estabelecem, portanto, um diálogo envolvendo a agricultura – produção de alimentos, geração de emprego e o desenvolvimento local a partir de um município do semiárido cearense.

Já no Capítulo 4 – “Mortalidade nas pisciculturas de açudes do Nordeste do Brasil: diagnóstico e monitoramento”, os pesquisadores das instituições: Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual do Ceará e Faculdade de Juazeiro do Norte apresentam uma fecunda análise inerente à piscicultura em tanque rede desenvolvida em açudes do Nordeste brasileiro. Trata-se de uma proposta de monitoramento ambiental a partir dos protocolos e evidências de

outras pesquisas aplicadas ao semiárido.

No capítulo 5 – “Assoreamento, desassoreamento e desaterro do açude Mamão em Equador/RN” o pesquisador Zenon Sabino de Oliveira da Universidade Federal de Campina Grande, analisa o processo de assoreamento da calha do rio que deságua no Açude Mamão, que supre às necessidades hídricas da cidade de Equador-RN. Trata-se de um processo analítico amplo que culminou em intervenções técnicas para revitalizar e conscientizar os usuários nas mais diversas atividades produtivas que afetam o rio e açude Mamão.

Por fim, no capítulo 6 – “Determinação da infiltração básica sob o método do infiltrômetro de anel e capacidade de campo em solo na região do sudoeste da Bahia”, os pesquisadores do Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi, tecem um panorama a partir da taxa de infiltração da água no solo e a definição de técnicas de conservação do solo, planejamento e delineamento de sistemas de irrigação e drenagem a partir de uma inserção prática no sudoeste da Bahia.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão do semiárido brasileiro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SEMIÁRIDO NORTE MINEIRO	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Géssica Daianney Pinto Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5331919121	
CAPÍTULO 2	15
ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM BACIA HIDROGRÁFICA NO CONTEXTO SEMIÁRIDO	
Luis Ricardo Fernandes da Costa Vlândia Pinto Vidal de Oliveira Jader de Oliveira Santos Kaline da Silva Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.5331919122	
CAPÍTULO 3	36
UMA ANÁLISE DAS COMPRAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE VARJOTA/CE EM 2017: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DA DESPESA, ORIGEM E PORTE DOS FORNECEDORES	
Boanerges Lopes Custódio Paulo Victor Maciel da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5331919123	
CAPÍTULO 4	50
MORTALIDADE NAS PISCICULTURAS DE AÇUDES DO NORDESTE DO BRASIL: DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO	
Hênio do Nascimento Melo Júnior Flávia Fideles de Vasconcelos Cibele Figueiredo Cruz Saraiva José Augusto Soares de Araújo William Santana Alves Pedro Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5331919124	
CAPÍTULO 5	63
ASSOREAMENTO, DESASSOREAMENTO E DESATERRO DO AÇUDE MAMÃO EM EQUADOR/RN	
Zenon Sabino de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5331919125	
CAPÍTULO 6	70
DETERMINAÇÃO DA INFILTRAÇÃO BÁSICA SOB O MÉTODO DO INFILTRÔMETRO DE ANEL E CAPACIDADE DE CAMPO EM SOLO NA REGIÃO DO SUDOESTE DA BAHIA	
Lucas Oliveira Fátima de Souza Gomes Hugo Roldi Guariz Jucele Cristina Gonçalves Thayse Nayane Lima Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5331919126	
SOBRE O ORGANIZADOR	78

UMA ANÁLISE DAS COMPRAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE VARJOTA/CE EM 2017: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DA DESPESA, ORIGEM E PORTE DOS FORNECEDORES

Boanerges Lopes Custódio

Especialista em Gestão de Projetos e Consultoria Empresarial. Economista. Crato-Ceará

Paulo Victor Maciel da Costa

Mestrando em Demografia do Programa de Pós-graduação em Demografia (PPGDEM) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Economista pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato-Ceará

RESUMO: O objetivo da presente pesquisa foi realizar o dimensionamento do volume de compras realizadas em 2017 aos segmentos da Agricultura Familiar, Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no município de Varjota do estado do Ceará. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se como principal fonte de dados o Sistema de Informações Municipais (SIM) através do portal da transparência dos municípios do estado do Ceará para o ano de 2017. Para a coleta dos dados considerou-se as despesas com Materiais de Consumo, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente, e Serviços de Consultoria. Os resultados evidenciaram uma ínfima aquisição pelo segmento de Microempreendedores Individuais foi ínfima; das despesas selecionadas a de equipamentos e materiais

permanentes apresentou o menor volume gasto pelo município de Varjota; a maioria dos fornecedores de Varjota são oriundos de outros municípios, especialmente de Fortaleza/CE; e o maior número de fornecedores pertencem ao segmento microempresarial (ME). Portanto, é importante para Varjota, a partir da análise dos dados levantados das compras/despesas efetuadas em 2017, fazer um planejamento no sentido de ampliar a participação das MPEs locais nas compras públicas. Relacionado à agricultura familiar, pode incrementar mais compras referentes a esse segmento, de modo a estimular os pequenos produtores a ampliarem e diversificarem o mix de produtos, e assim fortalecer a cadeia produtiva dos alimentos possibilitando a geração de emprego e renda local.

PALAVRAS-CHAVE: Microempreendedores Individuais. Microempresas. Empresas de Pequeno Porte. Agricultura Familiar. Compras Públicas.

AN ANALYSIS OF PUBLIC PURCHASES MADE BY THE VARJOTA / CE MUNICIPALITY IN 2017: CONSIDERATIONS ON THE NATURE OF EXPENDITURE, ORIGIN AND PORTS OF SUPPLIERS

ABSTRACT: The objective of this research was to measure the volume of purchases made in 2017 to the segments of Family Farming,

Individual Microenterprise (MEI), Microenterprises (ME) and Small Business (EPP) in the municipality of Varjota of the state of Ceará. In order to achieve the proposed objective, the Municipal Data System (SIM) was used as the main data source through the transparency portal of the municipalities of the state of Ceará for 2017. For data collection, expenses with Consumables, Other Third Party Legal Services, Works and Facilities, Permanent Equipment and Supplies, and Consulting Services. The results showed a very small acquisition by the Individual Microentrepreneurs segment; of the selected expenses, permanent equipment and materials presented the lowest volume spent by the municipality of Varjota; Most of Varjota suppliers come from other municipalities, especially from Fortaleza / CE; and the largest number of suppliers belong to the microenterprise (ME) segment. Therefore, it is important for Varjota, based on the analysis of data collected from purchases / expenditures made in 2017, to make a plan to expand the participation of local MSEs in public procurement. Related to family farming, it can increase more purchases related to this segment, in order to stimulate small producers to broaden and diversify the product mix, thus strengthening the food production chain, enabling the generation of jobs and local income.

KEYWORDS: Individual Microentrepreneurs, Microenterprises, Small Business, Family Agriculture and Public Procurement.

INTRODUÇÃO

No cotidiano da labuta, surgiu um desafio trazido pela instituição que é responsável, no Brasil, para promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo: o Sistema Sebrae. Esse Sistema tenta conhecer detalhes das compras públicas e contribuir, de forma mais efetiva, na construção de um segmento de micro e pequenas empresas inovador e competitivo nas licitações e no fornecimento ao setor público.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, de nº 123/2006, com alteração em vigor a partir de 01/01/2018, define como Microempreendedor Individual a unidade produtiva de bens e serviços que tem uma receita bruta anual até R\$ 81.000,00/ano, possua até um empregado e apenas um empreendimento, não participando como titular, sócio ou administrador de outra empresa; como microempresa, a unidade produtiva de bens e serviços que tem uma receita bruta anual até R\$ 360.000,00 / ano; como empresa de pequeno porte, a unidade produtiva de bens e serviços que tem uma receita bruta de R\$ 360.000,01/ano até R\$ 4.800.000,00/ano. Já acima de R\$ 4.800.000,00 por ano a unidade produtiva pode ser considerada média ou grande empresa. Essa definição é a nível federal. As empresas de médio ou grande porte aparecem nas tabelas estatísticas deste trabalho como DEMAIS. A Lei Geral estabelece preferência na contratação de Micro e Pequenas Empresas (MPE) em caso de empate nos processos de licitação (BRASIL, 2006; BRASIL, 2016).

No Estado do Ceará, em 2018, o teto das Empresas de Pequeno Porte (EPP) continua em R\$ 3.600.000,00 para efeito de recolhimento de Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços (ISS) de qualquer natureza no Simples Nacional.

Assim, para analisar as condições de licitações e contratações públicas, viabilizadas especialmente pelo advento das leis, permitiu-se observar um movimento no sentido de compatibilizar nestes atos administrativos novos objetivos de políticas públicas. O monitoramento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE/CE) demonstrou que 30,8% dos 184 municípios do Estado do Ceará não implementaram a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006, e nem tampouco as metodologias de otimização dos processos de compras públicas (PUBLIO; ANDRADE; LEOCÁDIO, 2017).

Nas compras diretas os Microempreendedor Individual (MEI), bem como às MPEs; Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) passaram a ter preferência nas contratações conforme Lei Municipal nº 10.350/2015. Os atos convocatórios são periodicamente divulgados por meio da internet, no Portal de Compras da Prefeitura de Fortaleza e demais instrumentos de transparência (FORTALEZA, 2016).

Além disso, hoje em dia, a agricultura familiar é parte da agenda de Políticas Públicas de desenvolvimento rural, apresentando como um dos marcos de entrada no cenário político o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em meados dos anos 1990, a partir de um longo processo de mobilização social estabelecido por diversos movimentos sociais ligados ao meio rural (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012).

Nesse contexto, os pesquisadores foram incumbidos pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPE) do Estado do Ceará (SEBRAE/CE), na sua missão de contribuir com o desenvolvimento local integrado e sustentável do território cearense, para levantar dados estatísticos de 2017 em um município do estado do Ceará, Varjota, a fim de propor ações de compras junto ao segmento de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Agricultura Familiar.

A escolha de Varjota se deu em virtude da significativa vulnerabilidade econômica evidenciada nesse município. Mais de 90% das receitas geradas neste município são de origem externa, como benefícios previdenciários e sociais (IBGE, 2018). Além disso, quase 80% dos empregos formais registrados em 2016, segundo o IPECE (2017), eram oriundos da administração pública, cabendo ao comércio, com um registro de 9% dos empregos formais, a segunda maior fatia. De posse destas informações vê-se a necessidade de um maior esforço para estimular outros setores da economia, que venham a possibilitar retornos mais dinâmicos a economia local, como a indústria, o comércio e a agricultura familiar.

Assim sendo, o objetivo da presente pesquisa foi realizar o dimensionamento do volume de compras e percentuais realizadas em 2017 aos segmentos da Agricultura

Familiar, Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no município de Varjota, cidade do estado do Ceará. Dessa forma, a presente pesquisa pode contribuir com o desenvolvimento do município em questão, visto que o assunto abordado é tanto de interesse público quanto privado, os quais podem potencializar o empreendedorismo local, e ter como consequência a geração de emprego e renda.

Desse modo, a relevância dessa pesquisa é para contribuir com o avanço do conhecimento das compras públicas municipais, além de saber o tipo do produto ou o serviço e a natureza dessas despesas, a área geográfica do fornecedor, município e estado, e o volume de compras considerando os diferentes portes ou segmentos de empreendimentos (ME, MEI, EPP, Agricultura Familiar (AFAM) e DEMAIS).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender o objetivo proposto, foi necessário adotar dois passos: localização geográfica e determinação da principal fonte de informação.

No que se refere a localização geográfica, o município de Varjota, criado em 1985 pela lei 11.007, localiza-se na Mesorregião do Noroeste Cearense, no estado do Ceará (Figura 1), e possui em seu território 18.239 habitantes com uma densidade de 98,07hab/Km² no ano de 2017 (IPECE, 2017; IBGE, 2018).

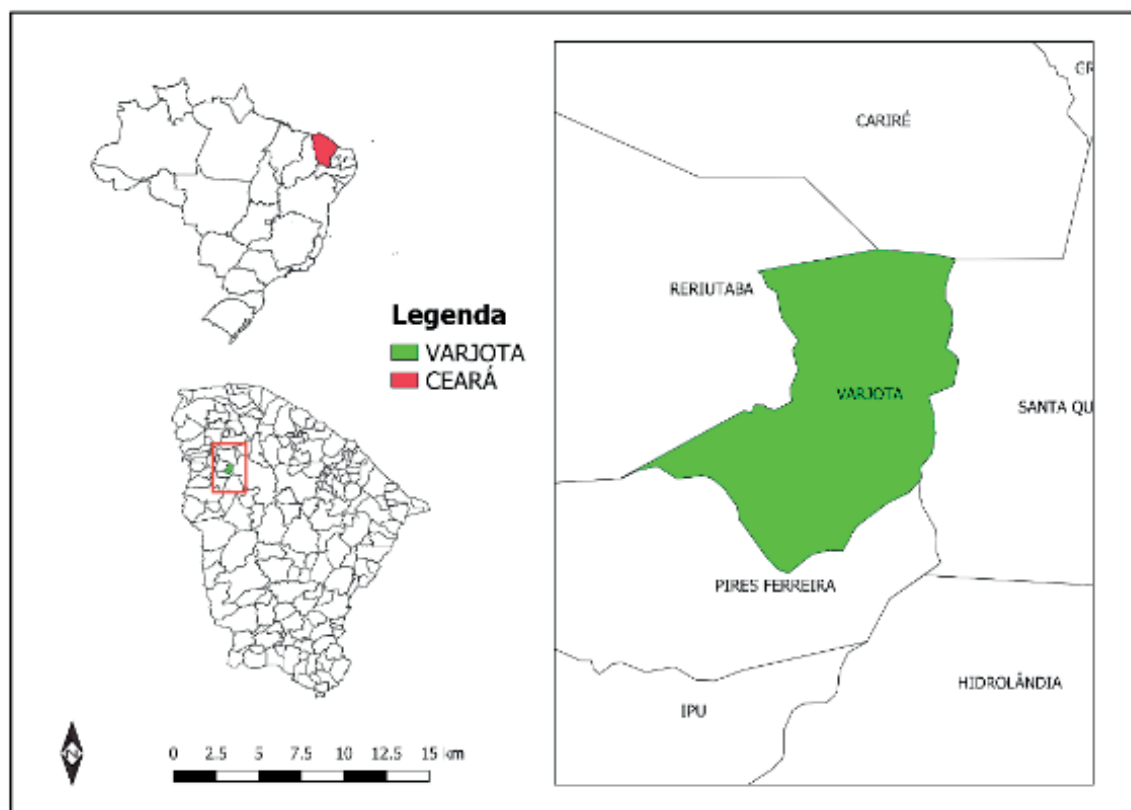


Figura 1: Localização espacial do município de Varjota

Fonte: Malha municipal, IBGE (2010).

No que tange a economia do referido município, em 2015, dados mais atuais, seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 8.332,60, gerado especialmente pelo setor de serviços, que contribuiu com aproximadamente 77% (IPECE, 2017). No que concerne ao nível de desenvolvimento do município em estudo, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi de 0,611 correspondente a um nível de desenvolvimento médio, no ano de 2010 (IBGE, 2018).

A principal fonte de dados para a elaboração dessa pesquisa foi fornecida pelo Sistema de Informações Municipais (SIM) através do portal da transparência dos municípios do estado do Ceará.

O SIM tem como foco a implementação de metodologias modernas nas atividades de controle externo. Os dados importados são armazenados em banco de dados e correspondem fiel e integralmente às contas prestadas pelos municípios, sendo preservadas sua origem e integridade, representando os resultados da Gestão Pública Municipal. Além de subsidiar as atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), os dados são disponibilizados no Portal da Transparência dos Municípios, para conhecimento e uso pela sociedade e demais órgãos de controle. Dessa forma, o sistema corporativo de recepção de contas públicas leva a informação pública ao usuário principal: a sociedade (TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ, 2002).

A coleta dos dados foi realizada em maio de 2017, no qual foram mapeados os fornecedores da prefeitura de Varjota que totalizou 170 fornecedores, distribuídos em seis principais despesas, como: Materiais de Consumo (55), Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (96), Obras e Instalações (9), Equipamentos e Material Permanente (7), e Serviços de Consultoria (3).

Posteriormente foram levantadas informações sobre 170 fornecedores, como a sua origem, porte da empresa e a natureza da despesa (em termos absolutos e relativos). A identificação do porte de cada empresa favorecida foi feita através da consulta do portal da Receita Federal, que discrimina MEI, ME, EPP e DEMAIS.

Não há um modelo convencional de relatório de análise dos dados coletados, mas a pretensão é dar ênfase a algumas informações estratégicas quanto à natureza das despesas, o tipo das empresas dos diversos portes e a concentração mais destacada dos fornecedores por município/estado da federação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao detalhar as informações da pesquisa referentes às compras da Prefeitura Municipal de Varjota em 2017, podemos destacar os seguintes fatos: houve apenas 5 aquisições ao segmento de MEI, sendo 4 do próprio município de Varjota e um outro pertencente a outro município (Tabela 1).

Origem	MEI		ME		EPP		AFAM		DEMAIS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Varjota (CE)	4	80,00	19	21,35	1	5,88	10	100,00	7	14,29	41	24,12
Fortaleza (CE)	0	0,00	12	13,48	6	35,29	0	0,00	23	46,94	41	24,12
Sobral (CE)	0	0,00	16	17,98	5	29,41	0	0,00	5	10,20	26	15,29
Reriutaba (CE)	0	0,00	15	16,85	4	23,53	0	0,00	1	2,04	20	11,76
Brasília (DF)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	16,33	8	4,71
Outros	1	20,00	27	30,34	1	5,88	0	0,00	5	10,20	34	20,00
TOTAL	5	100,00	89	100,00	17	100,00	10	100,00	49	100,00	170	100,00

Tabela 1: Origem dos Fornecedores por Municípios/UF, segundo o Porte da Empresa em termos absoluto e relativo, para o Município de Varjota - 2017

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

No segmento das ME's prevalecem os fornecedores de outros municípios (27), os quais podem ser tanto do estado do Ceará ou de outra unidade da federação, e em seguida destaca-se Varjota com 19 fornecedores internos. No que se refere as EPP's, prevalecem os fornecedores de Fortaleza (23) e do próprio município (17). Por fim, os fornecedores da agricultura familiar (10) são do próprio município.

Na Figura 2, estão apresentados o volume dos fornecedores, segundo o porte da empresa em termos relativos, do município de Varjota no Ceará.

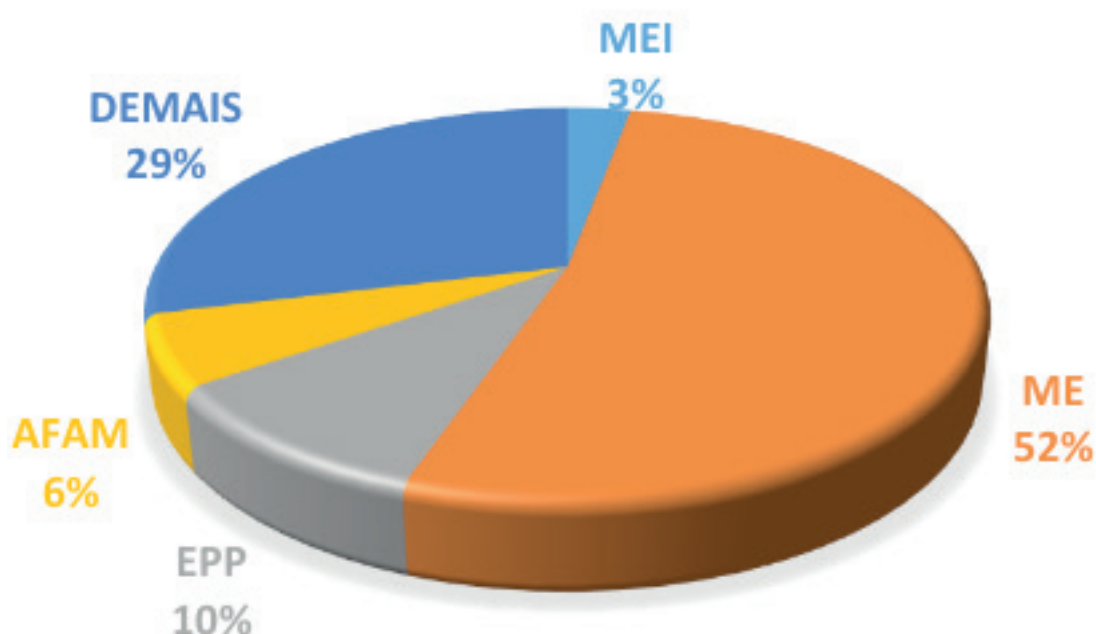


Figura 2: Volume dos Fornecedores, segundo o porte da empresa em termos relativos, do

Verificou-se na Figura 2 que, dos dados enviados pelo Município através do Sistema de Informações Municipais de Varjota, a ME alcançou um percentual de 52%, a EPP de 10%, o MEI de 3%, os DEMAIS de 29% e a AFAM 6%.

Ainda conforme a Tabela 1, cerca de 24% dos fornecedores são de Varjota, 24% de Fortaleza (CE), cerca de 15% de Sobral (CE), cerca de 12% do vizinho, município de Reriutaba (CE), quase 5% de Brasília (DF) e 20% de localidades diversas como São Benedito, Cariré, Ibiapina, Ararendá, Pires Ferreira, Guaraciaba do Norte, Ipu, Ubajara, Santa Quitéria, Massapê, todos do estado do Ceará, e outros de fora deste estado como Porto Alegre (RS), Saquarema (RJ), Rio de Janeiro (RJ) e Parnaíba (PI). Os dados estão expostos a seguir.

Ao analisarmos por porte ou segmento empresarial, pode-se verificar que 80% dos fornecedores tidos como empreendedores individuais são do próprio município. Os fornecedores tidos como ME, são de outros municípios (30,34%). Quanto aos fornecedores do seguimento das EPP's, 35,29%, a maior parcela, vem da capital do estado (Fortaleza), assim como os do seguimento DEMAIS (46,94%). Por fim, os fornecedores tidos como agricultores familiares, são todos do próprio município.

O MEI, ME e EPP destacam-se porque são preponderantemente empresas familiares e ocupam um espaço importante na economia brasileira. Estão presentes nos vários setores e ramos da economia, apresentando alto grau de heterogeneidade entre si (LEONE, 1991; 1999). Para Picchiali (2016) as variações nas composições das mesmas ocorrem nas formas de tecnologias adotadas, estruturas organizacionais desenhadas, recursos humanos utilizados, produtos e serviços oferecidos, clientela atendidas e localização geográfica favorável. Esse conjunto de elementos podem ser um dos motivos pelos quais há um menor número de empreendimentos de maior porte no município de Varjota, prevalecendo, desta maneira, os seguimentos MEI e AFAM.

Em relação à agricultura familiar, o município pode estimular os pequenos produtores a ampliarem e diversificarem o mix de produtos. No Ceará esse ramo de atividade se depara com alguns obstáculos de ordem natural, resultante da instabilidade do regime pluviométrico, degradação ambiental e desertificação, e econômica, resultante da dificuldade de escoamento das mercadorias deste segmento. Dada a importância econômica e social da Agricultura Familiar, medidas de adaptação aos problemas decorrentes da instabilidade climática poderiam contribuir com convivência com a seca e amenizariam, em consequência disso, a problemática socioeconômica em escala local (DELGADO; BERGAMASCO, 2017; OLIVEIRA, 2014).

Em outra pesquisa, desenvolvida por Santos (2009), em que se discutiu a importância da agricultura familiar, apresentando as atuais políticas públicas para o meio rural, assegurou que algumas considerações foram feitas no sentido de destacar a importância e contribuição das mesmas no combate à pobreza, no desenvolvimento

e manutenção do homem no campo.

A partir da Tabela 1, em termos relativos, é possível verificar que quase 50% dos fornecedores de Varjota é composto por aqueles do próprio município (24%) e por aqueles oriundos da capital do estado (Fortaleza, com 24%). Sobral (15%) e Reriutaba (12%) são outros municípios do estado Ceará que representam uma parcela importante no número de fornecedores de Varjota. Fora dessa unidade da federação, apenas Brasília (DF) se destacou, mas com participação percentual de apenas 5%. A categoria outros registrou uma participação de 20%, o que evidencia e indica uma certa diversidade ou heterogeneidade das origens dos fornecedores de Varjota que pode se tornar uma estratégia importante para seu desenvolvimento econômico.

Quanto ao volume de compras em reais, expresso na Tabela 2, observou-se que o valor gasto com o MEI (66,51%) foi com fornecedores do próprio município, bem como com a agricultura familiar (100%). No segmento de ME o maior volume gasto foi com fornecedores de outros municípios correspondente a 39,60%.

Origem	MEI	ME	EPP	AFAM	DEMAIS	TOTAL
Varjota (CE)	66,51	27,74	1,87	100,00	22,38	25,34
Fortaleza (CE)	0,00	2,14	51,38	0,00	27,92	13,22
Sobral (CE)	0,00	1,81	6,37	0,00	11,41	5,22
Reriutaba (CE)	0,00	28,71	39,79	0,00	0,11	19,47
Brasília (DF)	0,00	0,00	0,00	0,00	33,37	11,10
Outros	33,49	39,60	0,59	0,00	4,82	25,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 2: Volume de Compras em Reais, Segundo a Origem dos Fornecedores e o Porte da Empresa em Termos Relativos, do Município de Varjota - 2017.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

Quanto ao segmento de EPP, o maior volume gasto foi com fornecedores oriundos de Fortaleza (51,38%). Por fim, no segmento empresarial acima do de EPP, isto é, no de DEMAIS, o maior volume gasto foi com fornecedores de Brasília correspondente a 33,37%. Essa informação chama atenção, já que o maior número de fornecedores para Varjota (Tabela 1), desse porte de empreendimento, tinham origem o município de Fortaleza. Assim, pode-se presumir que os materiais e/ou serviços adquiridos de fornecedores de Brasília apresentam maiores custos de aquisição.

Quanto ao volume de compras total, cerca de 25,34% dos fornecedores tem localização geográfica em Varjota, 19,47% em Reriutaba, 13,22% em Fortaleza, 11,10% em Brasília, 5,22% em Sobral e 25,66% em diversas localidades (Outros).

Quanto à natureza de despesa (Tabela 3 e Figura 3), observa-se que a maior incidência de fornecedores é em outros serviços de terceiros pessoa jurídica, com 96 fornecedores (56,5%), seguido pela aquisição de materiais com 55 fornecedores (32,35%), obras e instalações com 9 fornecedores (5,28%), equipamentos e material

permanente com 7 fornecedores (4,12%) e, finalmente, serviços de consultoria com apenas 3 fornecedores (1,75).

Origem	Materiais de Consumo	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	Obras e Instalações	Equipamentos e Material Permanente	Serviços de Consultoria	Total
Varjota (CE)	19	19	1	0	2	41
Fortaleza (CE)	8	29	0	3	1	41
Sobral (CE)	10	15	0	1	0	26
Reriutaba (CE)	5	10	3	2	0	20
Brasília (DF)	0	6	2	0	0	8
Outros	13	17	3	1	0	34
TOTAL	55	96	9	7	3	170

Tabela 3: Volume dos Fornecedores, Segundo a sua Origem e Natureza da Despesa, do Município de Varjota – 2017

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

As compras realizadas fora do estado do Ceará foram: passagem aérea em Porto Alegre (RS), móveis escolares em Saquarema (RJ), Seguro obrigatório no Rio de Janeiro (RJ), construção de unidades através de empresa de Parnaíba (PI); Brasília aparece na estatística com destaque para o estorno de crédito no valor de R\$ 1.768,90, correspondendo a 10,34% do volume total de compras, e, em proporções mínimas, devolução de recursos, serviços postais e contribuição mensal, de acordo com o quadro geral de fornecedores de Varjota.

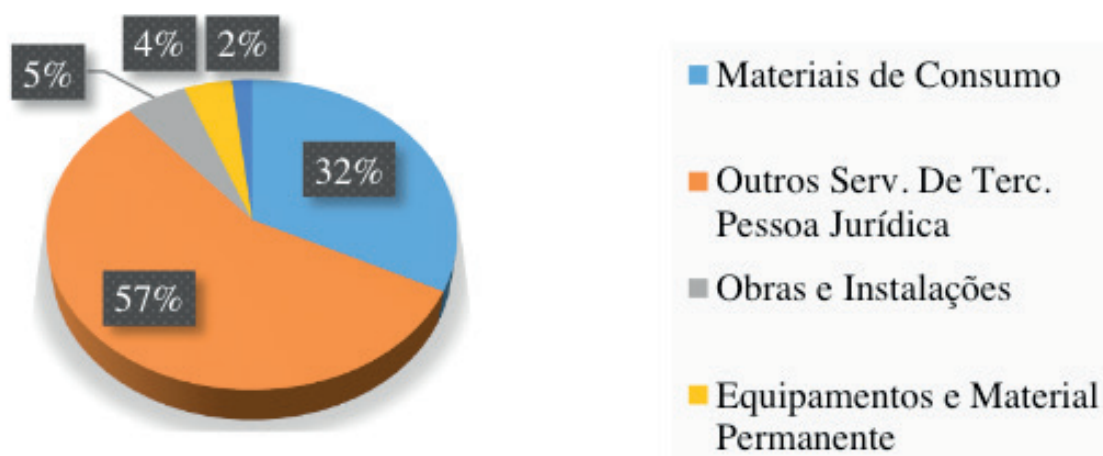


Figura 3: Volume dos Fornecedores, Segundo a Natureza da Despesa em Termos Relativos, do Município de Varjota – 2017

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

Quanto ao volume de compras em reais, de acordo com a Tabela 4, 5 e Figura 4, outros serviços de terceiros pessoa jurídica consumiu R\$ 9.222.218,00 (cerca de 53%), obras e instalações consumiu R\$ 3.634.231,00 (cerca de 22%), materiais de

consumo consumiu R\$ 3.414.142,00 (cerca de 20%), serviços de consultoria consumiu R\$ 625.900,00 (4%) e equipamentos e material permanente consumiu R\$ 208.897,00 (cerca de 1%).

Origem	Materiais de Consumo	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	Obras e Instalações	Equipamentos e Material Permanente	Serviços de Consultoria	Total
Varjota (CE)	1.285.221	2.383.089	51.056	0	614.400	4.333.766
Fortaleza (CE)	414.641	1.822.743	0	13.271	11.500	2.262.155
Sobral (CE)	713.932	172.644	0	5.527	0	892.102
Reriutaba (CE)	292.477	985.223	1.899.221	153.119	0	3.330.040
Brasília (DF)	0	1.812.302	86.432	0	0	1.898.734
Outros	707.871	2.046.216	1.597.523	36.980	0	4.388.590
TOTAL	3.414.142	9.222.218	3.634.231	208.897	625.900	17.105.388

Tabela 4: Volume de Compras em Reais, Segundo a Origem dos Fornecedores e a Natureza da Despesa, do Município de Varjota – 2017

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

Quanto ao material de consumo, o próprio município de Varjota foi o maior fornecedor no valor de R\$ 1.285.221,00 (cerca de 37,64%), igualmente em outros serviços de terceiros (cerca de 25,84%) e em serviços de consultoria (98,16%).

Origem	Materiais de Consumo	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	Obras e Instalações	Equipamentos e Material Permanente	Serviços de Consultoria	TOTAL
Varjota (CE)	37,64	25,84	1,40	0,00	98,16	25,34
Fortaleza (CE)	12,14	19,76	0,00	6,35	1,84	13,22
Sobral (CE)	20,91	1,87	0,00	2,65	0,00	5,22
Reriutaba (CE)	8,57	10,68	52,26	73,30	0,00	19,47
Brasília (DF)	0,00	19,65	2,38	0,00	0,00	11,10
Outros	20,73	22,19	43,96	17,70	0,00	25,66
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 5: Volume de Compras em Reais, Segundo a Origem dos Fornecedores e a Natureza da Despesa em Termos Relativos, do Município de Varjota – 2017

Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

Reriutaba foi o município que mais vendeu os serviços de obras e instalações (cerca de 52,26%), bem como de equipamentos e material permanente (73,30%). Isto pode ser detectado nas Tabelas 4 e 5.

A Figura 4 mostra o percentual da natureza da despesa para o município de Varjota em 2017.

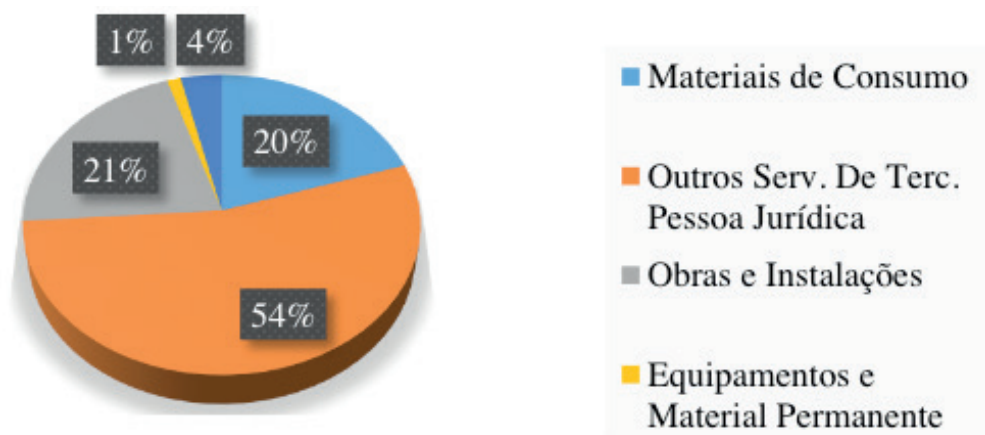


Figura 4: Volume de Compras em Reais, Segundo a Origem dos Fornecedores e a Natureza da Despesa em Termos Relativos, do Município de Varjota - 2017

=Fonte: Sistema de Informações Municipais - SIM (2017).

Assim, a partir da Figura 4 é possível visualizar que o maior consumo por parte da prefeitura de Varjota foi com outros serviços de terceiros de pessoa jurídica correspondente a 54% dos gastos gerados pela referida prefeitura em 2017, enquanto o menor dispêndio foi com equipamentos e material permanente (de apenas 1%).

No item material de consumo, prevalece o volume de despesas efetivadas, em termos de valor, com combustível e derivados (cerca de 5,85%), gêneros alimentícios (cerca de 4,16%), medicamentos (cerca de 3,57%), material gráfico (cerca de 2,03%), material de expediente (cerca de 1,22%), material didático (cerca de 1,05%), material de construção (1,03%), dentre outros de menor proporção como pneus, peças de veículos, gás liquefeito, material hospitalar e material de consumo diário, conforme o quadro geral de fornecedores de Varjota.

No item Outros Serviços de Terceiros, prevalece o volume de despesas realizadas, em termos monetários, com locação de veículos (cerca de 10,72%), coleta de resíduos sólidos (10,43%), fornecimento de energia (cerca de 10,43%), serviços de mão de obra (cerca de 1,85%), dentre outras despesas como serviço de estrutura, fornecimento de água, serviço de publicidade, serviços especializados, assessoria técnica, realização de eventos, serviço de roço e locação de máquinas, conforme o quadro geral de fornecedores de Varjota.

No item obras e instalações, prevalece o volume de despesas realizadas com construção de sistemas (cerca de 7,82%), construção e pavimentação (cerca de 7,76%), serviço de reformas (cerca de 3,28%) e outras (2,39%), conforme o quadro geral de fornecedores de Varjota.

No item equipamentos e material permanente, prevalece o volume de despesas realizadas com equipamentos e materiais (cerca de 0,87%), móveis escolares (0,22%) e outros (0,14%), conforme o quadro geral de fornecedores de Varjota.

Por fim, no item serviços de consultoria, prevalece o volume de despesas realizadas com serviços especializados (cerca de 3,60%) e assessoria técnica (cerca de 0,10%), conforme o quadro geral de fornecedores de Varjota.

Nessa pesquisa observou-se a necessidade de o município em questão fazer parcerias para obterem um nível de produto/serviço que lhes propicie o poder de competitividade suficiente para participar das licitações municipais. Teixeira e Alonso (2014) apontam que o Planejamento Estratégico é uma ferramenta de gestão, sendo um dos pontos essenciais para adequar problemas encontrados nas organizações, sobretudo assinala as medidas positivas que uma empresa deve tomar para enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente.

Desse modo, considera-se importante a ampliação de pesquisas acerca desta temática em outros contextos e ambientes, a fim de abranger o desempenho das empresas frente ao processo de administração de compras/despesas efetuada, uma vez que, será possível comparar contextos socioeconômicos distintos, bem como perfis de empresários de diferentes setores.

CONCLUSÃO

Ao fazer a análise dos dados levantados das compras/despesas efetuadas em 2017, no município de Varjota, a partir dos segmentos do Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, percebeu-se a importância de um planejamento no sentido de ampliar a participação das MPEs locais nas compras públicas.

O item onde a prefeitura do município de Varjota não adquire nada é precisamente nos equipamentos e materiais permanentes, a exemplo de móveis escolares e de outros equipamentos. Igualmente, em obras e instalações a participação é mínima (1,40%), o que implica na possibilidade de se levantar as MPEs do ramo de atividade e estimular potenciais empreendedores para ofertarem esses produtos à prefeitura municipal.

Os itens onde o município tem sido mais contemplado nas compras públicas municipais é com relação a serviços de consultoria, materiais de consumo e, em proporção menor, outros serviços de terceiros.

Em relação à agricultura familiar, o município pode incrementar mais compras de produtos da panificação e confeitaria, frangos, ovos, frutas, polpa de frutas, feijão, dentre outros, e estimular os pequenos produtores a ampliarem e diversificarem o mix de produtos, racionalizando a produção e melhorando o nível de qualidade dos produtos com o objetivo de criar alternativas adicionais para a merenda escolar, fortalecer a cadeia produtiva dos alimentos e a geração de emprego e renda, através

da qualificação do conhecimento.

Impõe-se, com urgência, o município fazer parcerias estratégicas tanto para levantar as suas vocações, as MPEs existentes e os potenciais empreendedores com o objetivo de sensibilizá-las para se capacitarem tanto no aspecto jurídico quanto no produtivo, a fim de obterem um nível de produto/serviço que lhes propicie o poder de competitividade suficiente para participar das licitações municipais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**. Republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Lei Complementar: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acessado: 20 jul 2019.

BRASIL, **LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**. O presidente altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1>. Acessado: 20 jul 2019.

DELGADO, G. C. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf >. Acesso em 10 de ago 2019.

FORTALEZA (CE). Lei nº 10.350, de 28 de maio de 2015. **Institui o Estatuto do Microempreendedor Individual, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Fortaleza, CE: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=285885>>. Acesso em: 19 ago 2019.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1575-1597, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-76122012000600008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 18 ago 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/varjota/panorama>. Acesso em: 12 ago 2018.

IPECE. Instituto de Pesquisa Econômica e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal: Varjota 2017**. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Gestão. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Varjota.pdf >. Acesso em: 10 set 2018.

LEONE, N. M. C. P. G. A dimensão física das pequenas e médias empresas (P.M.E.'s): à procura de um critério homogeneizador. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 53-59, abr./jun. 1991. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v31n2/v31n2a05.pdf> >. Acesso em: 19 ago 2019.

_____. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 91-94, abr./jun. 1999.

OLIVEIRA, J. A. **Análise da agricultura familiar no Município de Irauçuba, segundo a sua capacidade adaptativa à seca, a partir das tecnologias de captação e armazenamento da água**. 2014. 105 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza-Ce, 2014. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15347> >. Acesso em: 21 ago 2019.

PICCHIAI, D. The perception of micro and small entrepreneurs as organizational strategies. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2016. Disponível em: < <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/51> >. Acesso em: 22 ago 2019.

PUBLIO, M. C. M.; ANDRADE, G. A.; LEOCÁDIO, A. L. Gestão de compras governamentais municipais: um caso para ensino em estratégia e política pública. **X Congresso de Gestão Pública – CONSAD**. Brasília/DF. Julhi, 2017. Disponível em: < http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-46_02.pdf >. Acesso em: 21 de ago 2019.

SANTOS, C. F. **Agricultura familiar nos territórios baianos**: o programa de desenvolvimento regional sustentável do banco do Brasil Salvador. Trabalho de conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9278> >. Acesso em: 20 ago 2019.

TEIXEIRA, C. A. C.; ALONSO, V. L. C. A Importância do Planejamento Estratégico para as Pequenas Empresas. **SEGET - XI Simpósio de excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão do conhecimento para a sociedade**. Outubro, 2014. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132020.pdf> >. Acesso em: 12 de ago 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ. **Sistema de Informações Municipais – SIM, 2002**. Disponível em: <<https://www.tce.ce.gov.br/sistema-de-informacoes-municipais-sim>>. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR:

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEU na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), *Questões que norteiam a Geografia* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açude Mamão 63, 64, 65, 66
Agricultura Familiar 36, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 48, 49
Análise Integrada 15, 32
Assoreamento 63, 64, 65, 68

C

Campesinato 1
Capacidade Hídrica 63
Circulação Vertical Turbulenta 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61
Cisternas 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Cobertura 21, 70
Compras Públicas 36, 37, 38, 39, 47

D

Desassoreamento 63
Desaterro 63

E

Empresas de Pequeno Porte 36, 37, 38, 39, 47
Estratificação 50, 52

F

Física do Solo 70
Fragilidade Ambiental 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

M

Microempreendedores Individuais 36, 38
Microempresas 36, 38, 39, 47
Minas Gerais 1, 2, 8, 9, 12, 13, 77

S

Semiárido 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 33, 50, 51, 52, 55, 57, 59, 60, 61, 72, 77
Solo 8, 18, 21, 22, 23, 34, 35, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Sub-bacia hidrográfica do Rio Banabuiú 15, 16, 17

T

Tanque-Rede 50, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61

